



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Alto Alegre
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000
CNPJ: 92.406.057/0001-03
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

PROJETO DE LEI Nº 04/2026

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS DO PREFEITO E VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE/RS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica concedida a revisão geral anual de 4,26% (quatro vírgula vinte e seis por cento) sobre o subsídio fixado, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art. 2º Em decorrência da revisão prevista no artigo anterior, os subsídios passam a ser fixados em:

I - Prefeito: R\$ 14.840,77 (quatorze mil oitocentos e quarenta reais e setenta e sete centavos).

II - Vice-Prefeito: R\$ 6.391,54 (seis mil trezentos e noventa e um reais e cinquenta e quatro centavos).

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2026.

Alto Alegre/RS, 02 de janeiro de 2026.

SILMAR DEMAMAN,
Prefeito Municipal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Alto Alegre
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000
CNPJ: 92.406.057/0001-03
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

MENSAGEM JUSTIFICATIVA

Senhor(a) Presidente,
Senhores(as) Vereadores(as).

Encaminha-se à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre a revisão geral anual dos subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Alto Alegre/RS.

A presente proposição tem por objetivo conceder a revisão geral anual no percentual de 4,26%, correspondente à variação acumulada, no ano de 2025, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, índice oficial de inflação adotado pelo Governo Federal, em estrita observância ao disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

A revisão ora proposta não se caracteriza como aumento real, mas tão somente como recomposição inflacionária, destinada a preservar o valor real dos subsídios frente às perdas decorrentes da inflação apurada no período, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, razoabilidade e transparência administrativa.

Com a aplicação do referido índice, os subsídios passam a ser fixados nos valores previstos no art. 2º do Projeto de Lei, em conformidade com os limites constitucionais, bem como com as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), inexistindo extrapolação de despesa com pessoal ou impacto orçamentário incompatível com a capacidade financeira do Município.

As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, já consignadas no orçamento vigente, não implicando criação ou majoração de despesa sem a correspondente previsão legal.

A previsão de efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2026 observa o princípio da anualidade da revisão geral, garantindo uniformidade temporal na aplicação do índice inflacionário.

Diante do exposto, submete-se o presente Projeto de Lei à apreciação dessa Casa Legislativa, confiantes em sua aprovação, por se tratar de medida legal, constitucional e de interesse público.

Atenciosamente,

Alto Alegre/RS, 02 de janeiro de 2026.

SILMAR DEMAMAN,
Prefeito Municipal.